



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão
ATA DA 7ª RE - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

São Luís, MA, 12.setembro.2014

1. Aos doze dias do mês de setembro de dois e mil e quatorze, às 09:30 horas, foi aberta a 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Maranhão, que ocorreu no Auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, situado Rua dos Búzios - Quadra 35 - Lote 18, Calhau - São Luís - MA.
2. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA, cumprimentando os presentes, verificou o *quorum* para abertura da sessão Plenária e declarou aberta a reunião.
3. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros que assinaram a **LISTA DE PRESENÇA**:
 - I. **ALEXSANDRO COSTA FERREIRA**, representando a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão, suplente.
 - II. **AGENOR AGUIAR TEIXEIRA JAGUAR**, representante da Associação dos Geólogos do Maranhão, titular.
 - III. **ANTONIO FRANCISCO DE SOUSA**, representante do Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Maranhão e Pará – SINDICANALCOOL, suplente.
 - IV. **ANTONIO SAMUEL CANDEIRAS RIBEIRO MAIA**, representando o Centro de Ensino Médio Profissionalizante e Superior do Maranhão, suplente.
 - V. **ALCIONEI CARVALHO ALMEIDA**, como suplente representando a Cooperativa Mista dos Catadores de Lixo para Reciclagem de Barra do Corda – COOLIBE, suplente.
 - VI. **ANA CLEIDE COSTA ANDRADE**, representante da Escola Comunitária Educando, titular.
 - VII. **ERINALDO DAVI SAMPAIO**, representando a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, suplente.
 - VIII. **GLEUCE OYAMA GOMES LIMA**, representando o Instituto Educacional e Social Shalom, titular.
 - IX. **JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO**, representante do Consórcio Intermunicipal da Região dos Lagos Maranhenses – CONLAGOS, titular.
 - X. **JOSÉ REINALDO MORAIS RAMOS**, representante do Grupo de Tambor de Crioula Unidos de São Benedito do Taim, titular.
 - XI. **LANIEL BARROS AMORIM DE SOUSA**, representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SAGRIMA, titular.
 - XII. **MILENA DA LUZ SILVA MIRANDA**, representando a Agroindustrial Alto Mearim, suplente.
 - XIII. **MARIA LUIZA SILVA SILVA CORREA**, representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Raposa, suplente.
 - XIV. **MARIA DE NAZARETH DOS SANTOS SILVA**, representando a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, titular.
 - XV. **MARIA AMELIA SOUSA MELO**, representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, suplente.
 - XVI. **MARCO AURÉLIO DE SOUSA MARTINS**, representando a Secretaria De Estado Do Planejamento, Orçamento E Gestão, titular.
 - XVII. **MANOEL MELLO DE ARAUJO**, representando o Clube De Mães Santa Luzia.
 - XVIII. **ODELY SILVA SOUSA**, titular representando o Instituto Maranhense Educandário Betesda titular.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

- XIX. **PAULO ROGÉRIO SILVEIRA FERREIRA**, representando o Sindicato dos Pescadores Artesanais do Estado do Maranhão, suplente.
- XX. **RONALD DE ALMEIDA SILVA**, representante do Centro de Consciência Negra de Pedreiras e Região do Médio Mearim, suplente.
- XXI. **RODRIGO ANTONIO ITURRA WOLFF**, representando a Associação Camponesa – ACA, suplente.
- XXII. **SARA DE CARVALHO RIBEIRO**, representando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Codó, titular.
- XXIII. **THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO**, representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC), titular.
- XXIV. **VALÉRIA GALDINO SILVA E SILVA**, representando o Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, titular.
- XXV. **WENNDER ROBERT ROCHA MARQUES DE SOUSA**, representando o Sindicato Dos Técnicos Agrícolas Do Estado Do Maranhão, titular.
- XXVI. **WILTON LOPES DE SOUSA**, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mearim.
4. A Lista de Presença assinada totalizou 26 (vinte e seis) Conselheiros presentes, sendo 16 (dezesesseis) titulares e 10 (dez) suplentes.
 5. A Secretária Executiva do CONERH ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA iniciou com a Leitura da Ata da 18ª Reunião Ordinária do CONERH.
 6. Em seguida foi apresentado a Plenária algumas alterações na ATA da 18ª Reunião Ordinária propostas pelo Conselheiro RONALD DE ALMEIDA SILVA.
 7. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO sugeriu que fossem incluídos nas ATAS do Conselho, todos os encaminhamentos da reunião na parte final da ATA, conforme é feito no CNRH.
 8. Após todas as pontuações acerca da Ata da 18ª Reunião Ordinária do CONERH, a mesma foi colocada em votação. Houveram 15 votos a favor e 03 abstenções.
 9. A Secretária Executiva do CONERH ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA deu continuidade a Reunião apresentando a palestrante GRASIELLA NUNES, formada em turismo, com MBA em análise de comportamento e gestão estratégica de pessoas que apresentou uma palestra com o tema Sucesso e Assertividade – O malabarismo que pode dar certo.
 10. Após finda a palestra dada pela Sra. GRASIELLA NUNES a Secretária Executiva deu continuidade a reunião, apresentando o Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR representando o Ministério de Meio Ambiente que apresentou a Plenária uma palestra com o tema “O Papel dos Conselheiros e a experiência do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos)”.
 11. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR agradeceu a oportunidade de participar do momento formativo da Reunião do CONERH, e falou que é importante para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer e fortalecer as relações inter-Conselhos.
 12. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que é importante criar um ambiente propício a compactuação, de conflitos de ideias, falou que geralmente o ambiente não é propício e que no Estado, nos Conselhos que exercita, a grande dificuldade é exatamente o ambiente de compactuação, de “desarmar”, e ver cada um dentro de suas competências e habilidades, e todos “sentar a mesa” para conseguir avançar.
 13. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR falou que mais que um desafio, é uma tarefa para cada Conselheiro como construir um ambiente de desprendimento.
 14. O Conselheiro PAULO ROGÉRIO SILVEIRA FERREIRA falou sobre a questão de colocar para frente o hidronegócio, que do ponto comercial é muito bom, mas agride demais o meio ambiente e que vai gerar muito desemprego.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

15. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR continuou sua fala afirmando que os Conselheiros estão desafiados a construir uma unidade a partir da adversidade, a construir o ambiente de conciliação, mas não uma conciliação que tapa os olhos com conflito, pelo contrário o Conselho é um espaço privilegiado para o conflito aflorar, mas precisa-se preparar o terreno para que esse conflito não crie grandes fissuras.
16. O Conselheiro JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO falou que os Conselhos ainda refletem muito mais uma democracia representativa do que participativa, que ainda tem muitos desafios para transformar este Conselho em participativo. Falou que é um momento importante, por estar se discutindo a instituição da Política de Participação Social no Congresso. Falou que considera os Conselhos mais representativos do que participativos. Falou que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos só se reúne em Brasília e não consegue refletir suas decisões nos diversos segmentos do país, falou que o Conselho Estadual só se reúne em São Luis, não consegue avançar todos os cantos do Estado, a todos os segmentos que gostariam de saber onde este Conselho se reúne. Falou que não se utiliza Instrumentos estratégicos importantes, como audiências públicas. E falou que um dos desafios para este colegiado é buscar um Conselho participativo mais próximo.
17. O Conselheiro WILTON LOPES DE SOUSA falou que a Constituição de 1988 abriu uma série de questões, inclusive a participação popular, falou que acredita que esta vivendo um movimento mais grave da ditadura, que é a comunicação. Falou que os meios de comunicação não dão mais liberdade de pensar e interpretar a notícia e para o Conselheiro perde a oportunidade de enxergar e coloca isso como outra forma de ditadura, uma ditadura democrática usada pelos meios de comunicação, que exige liberdade de expressão, mas que querem conduzir e alienar as pessoas pelo pensamento de alguns.
18. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR respondeu que este assunto o interessa demais, que é um dos entulhos que a redemocratização não resolveu, que se tem 5 artigos da Constituição Federal que até hoje não foram regulamentados, pois as dinastias midiáticas não permitem.
19. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que no Maranhão, a política tem 17 anos e que é preciso conhecer e trazer o “bom”, que tem o privilégio de estar “engatinhando” e outros Estados já terem começado a mais tempo e poder-se absorver a experiência de outros Estados. Falou que é papel dos Conselheiros, ter a consciência e alterar o modo vigente do então Conselho Estadual de Recursos Hídricos e que tem-se tudo para fazer isto, pois existe uma gama de experiências de outros Conselhos, que deve ser trazida.
20. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR falou que considera fundamental este intercambio de experiências e que tem outras questões que são de outras escalas, questão de fusão política.
21. O Conselheiro WILTON LOPES DE SOUSA falou que as Conferências trazem a intensidade da democracia e um dado interessante e contraditório é que no ano que é instituído a Lei da Participação esta se assistindo os candidatos a Deputado Federal, Estadual, Senador, Governador e Presidente, todos são unânimes em dizer “eu” e que não viu algum se referir a “nós”.
22. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que se vive no mundo da informação, que a informação tem poder e que tem uma preocupação muito grande que toda vez que pode trazer material para a Reunião, traz. E que é importante ter a CTEM - Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos, que é o Fórum de pensar e construir, para capacitação do Plenário. Propôs que o próximo encontro formativo do Conselho Nacional venha para o Maranhão, para participação do CONERH.
23. O Conselheiro WILTON LOPES DE SOUSA falou que os Conselheiros tem que acompanhar os termos de referência que estão sendo feito pela CODEVASF (Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Falou que a CODEVASF por falta de recursos queria aproveitar os estudos que já estão prontos e pular esta etapa.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

24. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que no CNRH, existe um grande equívoco, os Comitês de Bacias Hidrográficas estão na Sociedade Civil, de forma errada. E que no CONERH os Comitês de Bacias estão como entidades Públicas.
25. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR falou que os Comitês de Bacias tem um potencial político que os atores não enxergam e que deve-se exercer, pois se não ficam refém das Agências de Águas, e ao contrário os Comitês são os protagonistas do território.
26. O Conselheiro JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO falou que o CONERH tem que haver uma aproximação com o Comitê de Bacia do Rio Parnaíba, que é um Comitê Interestadual, e que até o momento não tem nenhuma discussão com eles.
27. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que colocou a importância desta aproximação na reunião passada, e que entende que tecnicamente, e burocraticamente é um ambiente de gestão da ANA, mas que entende que a SEMA e o CONERH deve ter participação e colocar esta discussão em ênfase.
28. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR falou que tem coisas que às vezes extrapola o escopo de decisão do CONERH, mas nada impede de dialogar a respeito da questão, então pode se convidar para dar sugestões e criar um espaço de colaboração.
29. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR agradeceu a atenção da Plenária, e desejou boa reunião a todos.
30. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA retomou a palavra encerrando a manhã de capacitação, dando uma pausa na Reunião e convidando a todos para o almoço.
31. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA retomou à Reunião às 14h, dando sequência a pauta, com o Diálogo com a Superintendência de Recursos Hídricos. Falou acerca das Resoluções que serão discutidas, que foram disponibilizadas através do cd entregue na 18ª Reunião Ordinária do CONERH.
32. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO SOARES DE MENDONÇA FILHO, Coordenador do Fórum Nacional de Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, falou que deveria considerar por questão de ordem para a próxima reunião, que produzisse pauta, dando o ponto direto das questões a serem discutidas pela Plenária e depois que seja feita a parte de capacitação.
33. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA respondeu que todos tem compromissos e que o trabalho do Conselheiro é voluntário, mas que fora entregue uma pauta com antecedência, que as pessoas sabiam que a Reunião seria o dia inteiro ficando a critério de cada Conselheiro organizar a sua agenda.
34. Em seguida a Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA deu continuidade a reunião com o Diálogo com a Superintendência de Recursos Hídricos, através da Superintendente LAÍS DE MORAES REGO DE MORAES REGO.
35. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO sugeriu que fossem mesclados os itens da pauta.
36. A Superintendente de Recursos Hídricos LAÍS MORAES REGO falou que são 03 Resoluções de 03 Câmaras Técnicas que já existem, que precisa-se recompor e uma sugestão de Câmara Técnica que é a de Assuntos Institucionais e Legais, na prática tem que compor 04 Câmaras e sugeriu que fossem uma a uma feitas as indicações para a Câmaras Técnicas.
37. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que considerando que a Plenária é mais soberana que a Câmara, sugeriu que fossem feitas as indicações e modificação das Resoluções em Plenária.
38. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que sem as Câmaras Técnicas os Conselheiros ficam impossibilitados de avançar. Falou sobre a criação da CTIL(Câmara



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

24. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que no CNRH, existe um grande equívoco, os Comitês de Bacias Hidrográficas estão na Sociedade Civil, de forma errada. E que no CONERH os Comitês de Bacias estão como entidades Públicas.
25. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR falou que os Comitês de Bacias tem um potencial político que os atores não enxergam e que deve-se exercer, pois se não ficam refém das Agências de Águas, e ao contrário os Comitês são os protagonistas do território.
26. O Conselheiro JOSÉ RONALD BOUERES DAMASCENO falou que o CONERH tem que haver uma aproximação com o Comitê de Bacia do Rio Parnaíba, que é um Comitê Interestadual, e que até o momento não tem nenhuma discussão com eles.
27. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que colocou a importância desta aproximação na reunião passada, e que entende que tecnicamente, e burocraticamente é um ambiente de gestão da ANA, mas que entende que a SEMA e o CONERH deve ter participação e colocar esta discussão em ênfase.
28. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR falou que tem coisas que às vezes extrapola o escopo de decisão do CONERH, mas nada impede de dialogar a respeito da questão, então pode se convidar para dar sugestões e criar um espaço de colaboração.
29. O Sr. FRANKLIN DE PAULA JUNIOR agradeceu a atenção da Plenária, e desejou boa reunião a todos.
30. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA retomou a palavra encerrando a manhã de capacitação, dando uma pausa na Reunião e convidando a todos para o almoço.
31. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA retomou à Reunião às 14h, dando sequência a pauta, com o Diálogo com a Superintendência de Recursos Hídricos. Falou acerca das Resoluções que serão discutidas, que foram disponibilizadas através do cd entregue na 18ª Reunião Ordinária do CONERH.
32. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO SOARES DE MENDONÇA FILHO, Coordenador do Fórum Nacional de Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, falou que deveria considerar por questão de ordem para a próxima reunião, que produzisse pauta, dando o ponto direto das questões a serem discutidas pela Plenária e depois que seja feita a parte de capacitação.
33. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA respondeu que todos tem compromissos e que o trabalho do Conselheiro é voluntário, mas que fora entregue uma pauta com antecedência, que as pessoas sabiam que a Reunião seria o dia inteiro ficando a critério de cada Conselheiro organizar a sua agenda.
34. Em seguida a Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA deu continuidade a reunião com o Diálogo com a Superintendência de Recursos Hídricos, através da Superintendente LAÍS DE MORAES REGO DE MORAES REGO.
35. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO sugeriu que fossem mesclados os itens da pauta.
36. A Superintendente de Recursos Hídricos LAÍS MORAES REGO falou que são 03 Resoluções de 03 Câmaras Técnicas que já existem, que precisa-se recompor e uma sugestão de Câmara Técnica que é a de Assuntos Institucionais e Legais, na prática tem que compor 04 Câmaras e sugeriu que fossem uma a uma feitas as indicações para a Câmaras Técnicas.
37. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que considerando que a Plenária é mais soberana que a Câmara, sugeriu que fossem feitas as indicações e modificação das Resoluções em Plenária.
38. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que sem as Câmaras Técnicas os Conselheiros ficam impossibilitados de avançar. Falou sobre a criação da CTIL(Câmara



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

Técnica Permanente de Assuntos Legais e Institucionais), que deve ser privilegiada para tratar sobre os assuntos institucionais.

39. Foi colocado em votação a criação da CTIL (Câmara Técnica Permanente de Assuntos Legais e Institucionais). Houveram 13 votos a favor.
40. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA fez a Leitura da minuta de Resolução da CTIL.
41. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que conversou com a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais Sra. GENILDE CAMPAGNARO e que a mesma estava muito preocupada com a questão do Regimento do CONERH e do FERH e que colocou como prioridade.
42. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou que a agenda de prioridades, são os membros da Câmara que vão fazer.
43. A Superintendente de Recursos Hídricos LAÍS DE MORAES REGO falou que foi encaminhada uma minuta de Decreto de Regimento sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, para a PGE(Procuradoria Geral de Estado), e a PGE colocou que não poderia haver uma regulamentação no formato de Decreto, porque um Decreto não pode vir falando de inovação em relação a Lei, que é uma questão jurídica todas as vezes que vai regulamentar uma Lei, naquilo que a Lei já fala, que não se pode regulamentar uma coisa que a Lei não fala, daí a PGE fez um parecer dizendo que não poderia haver a regulamentação do FERH (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) por Decreto e sim por uma outra Lei, então a SEMA refez o documento em minuta de Lei e encaminhou para a Casa Civil, está aguardando os tramites, e a Secretária tem feito articulação política sobre isso, de dar encaminhamento da análise na Casa Civil.
44. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO propôs que a CTIL mantenha a soberania sobre esse assunto e que a PGE dê o seu posicionamento à Plenária para o Conselho se posicionar, independente do tramite que tiver, pois o Conselho também é espaço de articulação política e que entende que a proposta que a SEMA enviou para a PGE pode ser enviada para os Conselhos para que os Conselheiros se posicionem.
45. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que a PGE tem tido pareceres inusitados que nunca tem acontecido no Brasil em questão aos Recursos Hídricos. E solicitou que a Secretaria Executiva convide a PGE para a próxima Reunião.
46. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que o Regimento diz que as Câmaras Técnicas serão integradas por no mínimo 3 e no Maximo 6 membros titulares ou suplentes. A Conselheira propôs que participassem das Câmaras Técnicas outras pessoas indicadas pelos Conselheiros, pois existem assuntos técnicos na Câmara Técnica.
47. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou sobre o Decreto que regulamenta o Conselho, fala que toda Câmara Técnica e qualquer reunião do Conselho pode chamar para a Reunião pessoas denominadas capazes para contribuir com a Câmara, mas para compor a Câmara tem que ser Conselheiro.
48. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA propôs que a Plenária se divida por Segmento e que indique 02 (dois) Conselheiros de cada segmento para compor a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais.
49. O Conselheiro MANOEL MELO ARAÚJO leu a Plenária os representantes do segmento Sociedade Civil Organizada para a CTIL: RONALD DE ALMEIDA SILVA e GLEYCE OYAMA GOMES LIMA.
50. A Conselheira SARA DE CARVALHO RIBEIRO, leu a Plenária os representantes do segmento Usuários para compor a CTIL: SARA DE CARVALHO RIBEIRO e CONCEIÇÃO DE MARIA COQUEIRO MUNIZ.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

51. O Conselheiro LANIEL BARROS AMORIM DE SOUSA leu a Plenária os representantes do segmento Poder Publico para compor a CTIL: LANIEL BARROS AMORIM DE SOUSA e MARIA AMÉLIA SOUSA MELO.
52. A Secretaria Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA colocou em votação nomes sugeridos para compor a CTIL. 16 pessoas votaram concordando com os nomes apresentados.
53. Em seguida fora colocada em votação a Resolução nº 09/2014 que regulamenta CTIL. 16 Conselheiros votaram a favor da Resolução.
54. Logo após a Secretaria Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA deu continuidade a Reunião com a Resolução nº 03/2012 que institui a Câmara Técnica de Análise e Parecer das Propostas de Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Maranhão.
55. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que a Resolução nº 03 não entrou na pauta da convocatória.
56. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA demonstrou que estava em pauta.
57. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou acerca do artigo 8º da Resolução nº 03 que diz que em casos omissos, serão dirimidos pela presidente do CONERH. Sugerindo que modificasse o parágrafo, para “Os casos omissos serão dirimidos pela Plenária do CONERH”
58. Para integrar a Câmara Técnica de Análise e Parecer das Propostas de Criação de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Maranhão, do Segmento de Usuários foram designadas as Conselheiras SARA DE CARVALHO RIBEIRO e CONCEIÇÃO DE MARIA COQUEIRO MUNIZ, do Segmento Sociedade Civil Organizada, ANA CLEIDE COSTA ANDRADE e MANOEL MELLO DE ARAUJO, do Segmento Poder publico, os Conselheiros LANIEL BARROS AMORIM DE SOUSA e WILTON LOPES DE SOUSA. Fora colocado os nomes em votação. Houveram 13 (treze) votos a favor.
59. Fora colocada em votação a modificação do artigo 8º da Resolução nº 03/2012, para o qual os casos omissos serão dirimidos pela Plenária do CONERH. Houveram 14 (quatorze) votos a favor.
60. Em seguida foi colocada em votação a Resolução nº 03/2014. Houveram 14 votos a favor.
61. Logo após, seguiu com a Resolução nº 04 de 07 de Dezembro de 2012 que institui a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Maranhão - CTPLAN.
62. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO propôs a Plenária uma minuta de alteração da Resolução nº 04/2012.
63. Para integrar a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Maranhão, do Segmento Poder Publico foram designados os Conselheiros WILTON LOPES DE SOUSA e MARIA DE NAZARETH DOS SANTOS SILVA, do Segmento dos Usuários os Conselheiros PAULO ROGÉRIO SILVEIRA FERREIRA e VALERIA GALDINO e do Segmento Sociedade Civil Organizada, os Conselheiros THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO e ANTONIO SAMUEL CANDEIRAS RIBEIRO MAIA. Foram colocados os nomes apresentados para votação. Houve 14 (quatorze) votos a favor.
64. Fora colocado em votação ser acrescentado um parágrafo único na Resolução nº 04/2012: “os membros de que tratam este artigo serão substituídos a pedido ou por ausência em mais de 3 (três) reuniões consecutivas, por deliberação da Plenária do CONERH” Houveram 12 votos a favor.
65. O Sr. JOAO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO sugeriu que 02 membros da CTPLAN serão designados pelo Plenário da mesma, para integrar o Grupo de Trabalho Institucional de avaliação da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

66. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que o Plano de Recursos Hídricos iniciou o trabalho pela empresa contratada, e a ideia da Superintendência é que membros da Câmara Técnica participem do Grupo de Trabalho e ajudem na avaliação dos produtos que esta empresa vai entregar e ao longo das reuniões do CONERH os membros da Câmara Técnica vão comunicando ao Plenário o que foi avaliado para que no final quando chegue o Plano Estadual de Recursos Hídricos para o Conselho deliberar, o Conselho não receba como se nunca tivesse visto.
67. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CADOSO DOS SANTOS FONTOURA perguntou se todos os membros da Câmara vão integrar o GTI, ou se só alguns membros da Câmara vão participar.
68. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que na gestão passada tinham 04 Conselheiros participando do GTI.
69. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO perguntou quais são os membros do GTI.
70. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO respondeu que é a SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais), a SEDINC (Secretaria de Estado da Indústria e Comércio), a SEPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento), a UFMA (Universidade Federal do Maranhão), a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Maranhão.
71. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO perguntou qual o critério de participação dessas instituições do GTI.
72. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO respondeu que o Ministério de Meio Ambiente solicitou parceiros para elaboração do Plano como critério de pontuação e naquele momento foram enviados ofícios para várias Secretarias e Usuários e quem respondeu a tempo de que fosse enviado para o Ministério de Meio Ambiente foram esses: a SEDINC (Secretaria de Estado da Indústria e Comércio), a SEPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento), a UFMA (Universidade Federal do Maranhão), a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Maranhão.
73. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO perguntou se o GTI tem Regimento.
74. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO respondeu que não, e quando foi elaborado uma minuta de portaria, foi colocado pelo Jurídico que não poderia ser formada uma portaria por ter várias instituições diferentes e tinha que ser por Decreto, e o Decreto nunca saiu. A Superintendente falou que já pediu que o Jurídico fizesse uma revisão do Decreto, pois em sua opinião não tem nenhuma inconstitucionalidade sair uma Portaria que é mais simples que sair um Decreto. Por conta disso a Legalidade do GTI são as memórias de reuniões que houve deliberação, mas o Instrumento Legal ainda não conseguiu sair.
75. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que o GTI Legalmente não existe.
76. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO respondeu que existe, pois está posto no termo de referência e no edital que foi aprovado pelo Ministério de Meio Ambiente, mas Instrumento Legal como Decreto ainda não tem, mas que já tem isso como revisado pelo Jurídico.
77. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que está se criando uma instância de decisão que em tese o próprio Conselho já tem esses atores dentro do Plenário, então foi criada uma instância de poder paralelo até com mais poder que o Conselho.
78. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que não é uma instância paralela, e é só uma questão de colocar um ritmo de trabalho de avaliação dos produtos. E tanto não é uma instância paralela que a Câmara Técnica de Planos participa.
79. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que a Câmara Técnica, em tese, tem todo poder Legal de fazer isto.
80. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que a avaliação dos produtos da empresa de consultoria não podem ser avaliados exclusivamente pela Câmara Técnica, pois existe a avaliação



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

do executor do convenio que é a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, então a ideia foi unir um grupo e fazer um único parecer, para dar celeridade ao andamento da elaboração do Plano.

81. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que o Conselho tem a competência de criar um Grupo de Trabalho para isto e que a Superintendência esta criando uma coisa desnecessária.
82. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que o GTI foi criado no sentido de dar celeridade e ter opinião de vários atores na avaliação dos Produtos, que é um ponto extremamente positivo na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.
83. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou que pelo que entendeu da discussão, tem-se um GTI e a Câmara Técnica faz parte deste Grupo e dentro do Grupo é feita avaliações periódicas dos produtos do Plano que esta sendo elaborado por uma empresa de consultoria que ganhou uma licitação. Falou que foi colocado pelo Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO que dentro da CTPLAN seria criado um Grupo de Trabalho, composto por membros da CTPLAN que vão participar do GTI, então esta nomeando os participantes do GTI, porque antes existiam pessoas da Câmara Técnica que faziam parte do Grupo e isso vai permanecer.
84. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO, falou que quando fez a proposta da Resolução achava que o GTI já estava instituído por Norma Legal.
85. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO, falou que não tem alguma informação com relação a este GTI e suas atribuições, e sua tomada de decisão não tem informação suficiente para concordar ou discordar, que existe dúvidas e não tem amparo Legal.
86. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que houve um comportamento de omissão perante o seu trabalho e o papel dos Conselheiros, que tem o poder de fiscalizar. Falou que criou uma serie de estratégias para acompanhar a licitação e o tratamento não foi dos melhores por parte de toda Secretaria, o que o levou a encaminhar ao Ministério Publico uma nota de suspeita de irregularidades, pois todo comportamento não permitia avaliar se o processo estava caminhando de maneira correta. Falou que o GTI vem a acrescentar a esta duvida que se tem, pois foi criado uma estrutura de acompanhamento desnecessária. Falou que o GTI não tem fundamento Legal, que o que tem fundamento é a Câmara Técnica e o Grupo criado pela Câmara Técnica.
87. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO, falou que no triênio passado do CONERH não teve nenhuma dificuldade de trabalho com o GTI, que tiveram varias Reuniões, e a mesma pode encaminhar as memórias de reuniões, que foram deliberados vários produtos, e o único produto que não era para a Consultoria elaborar por norma do Ministério do Meio Ambiente no edital são os Conceitos e Diretrizes, que deveria ser produzido pelo executor do Convenio, e foi elaborado junto com o Grupo de Trabalho Institucional, e em todas as Reuniões teve os Conselheiros do CONERH que participaram, e que traziam para o CONERH o que estava acontecendo no GTI. Falou que deveria deliberar acerca das pessoas que vão participar do GTI, pois no dia 24 do presente mês já tem a apresentação do primeiro produto.
88. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou que pelo fato de já ter uma demanda junto ao Ministério Publico, se ficar constatado algo ilegal, então volta para o status anterior. E sugeriu que o modelo que vinha funcionando de GTI, permaneça e fosse aguardado o retorno do Ministério Publico. Pois acaba que não se tem andamento, não há uma concordância de que saia pessoas para participar do GTI e se não há concordância ficaria com a análise desta Resolução suspensa.
89. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO pediu a compreensão da Plenária, por parecer que estava sendo intransigente, mas que tudo esta documentado. Falou que é papel dos Conselheiros de fiscalizar, falou que tem dezenas de ofícios e telefonemas sobre o processo



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

licitatório da empresa de Consultoria e que a licitação foi cheia de problemas. Sugeriu que o GTI fique suspenso até que sejam esclarecidas todas as informações solicitadas.

90. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO, falou que não deve confundir o andamento das coisas, pois o Maranhão passou 1 ano participando do edital, e o recurso demorou um tempo para ser depositado para fazer a licitação e conseguir contratar uma empresa e antes disso o GTI já estava funcionando. Inclusive o GTI não foi uma invenção da SEMA, e sim uma condicionante do próprio Ministério do Meio Ambiente. Falou que o ponto que esta chegando é que não foi publicada uma Portaria para o GTI, falou que entende plenamente a questão do Instrumento Legal, tanto que a mesma pediu revisão para o Jurídico. E fora esse Instrumento Legal, o GTI já teve atividades e já deliberou. Falou que não teve nenhum interesse de fazer o Plano Estadual de Recursos Hídricos em contradição com o Conselho e que ao longo da sua gestão todas as ações foram colocadas para o Conselho. Pediu que aguardasse o posicionamento do Jurídico, que se comprometeu em analisar qual Instrumento Legal a ser publicado se Portaria ou Decreto, pois quer que o Conselho participe, emita sua opinião e ajude na elaboração dos pareceres, para ser feito de maneira conjunta. Falou que a empresa acabou de ser contratada, e gostaria de apresentar o primeiro produto. Falou que o questionamento feito acerca da licitação foi pelo FONASC (Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas), e não é um questionamento do CONERH, que não deve estender os questionamentos que uma instituição faz, para que seja como se fosse do Plenário, pois foi questionado com todo direito, mas foi de uma instituição. Pediu que os Conselheiros pensassem sobre isso para que desse andamento e propôs que todos da Câmara Técnica participem do GTI. Falou que não se deve tomar uma decisão que prejudique o andamento de algo já começado há muito tempo.
91. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que se alguém no Maranhão que tem sido incentivador, apoiador para que este Estado tenha implementado sua Política Estadual de Recursos Hídricos seguindo os ditames da Legislação é o FONASC. E que está informando a Plenária a situação que se encontra, que esta na função de Conselheira e esteve em uma fase da licitação, em que a mesma foi maltratada dentro da SEMA na sala de comissões no dia da licitação. Falou que a primeira resposta acerca da licitação que obteve por parte da SEMA foi pela Secretária Executiva do CONERH. Disse que protocolou mais de 06 (seis) ofícios para a Presidente do Conselho e não teve resposta. Falou que recebeu documento apócrifo encaminhado pela Secretária. Pediu vistas a todo o processo do GTI. Falou que a formação do GTI é confusa, omissa e não esta clara.
92. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA, falou que a Resolução nº 04/2012 não trata do GTI, e sugeriu que fosse composta a Câmara Técnica de Planos e analisada pela Plenária e que fosse decidido os nomes dos Conselheiros para participação das reuniões do GTI, já que tem uma agenda, e para que o GTI não ande sozinho, pois até aqui o CONERH tem participado das Reuniões.
93. Fora modificado o Artigo 7º da Resolução nº 04/2012 que diz que em casos omissos, serão dirimidos pela presidente do CONERH. Sugerindo que modificasse o parágrafo, para “Os casos omissos serão dirimidos pela Plenária do CONERH”.
94. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO falou que deve ser resolvido o problema da Câmara que é uma necessidade do Conselho, e sugere que a Câmara Técnica de Planos se reúna e discuta esse problema novamente e defina o que quer fazer. Falou que não esta querendo que não tenha o Plano Estadual de Recursos Hídricos, mas sim que tenha, mas dentro da Legalidade. Propôs que seja instituída a Câmara e que vai ser marcada uma agenda de Reunião para tratar deste assunto do Plano.
95. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que segundo o artigo 17º do Regimento Interno “é facultado a qualquer Conselheiro o prazo a ser fixado pelo Presidente,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

vistas dos auto e outros documentos a serem apreciados, o pedido de vistas interromperá automaticamente a discussão, se o pedido de vistas houver impugnação justificável, o Plenário decidirá. Falou que estava ratificando o seu pedido de vistas em relação ao GTI, amparado Regimentalmente.

96. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou que pelo Regimento diz que na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, o prazo de vistas é estabelecido pela Secretaria Executiva.
97. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO perguntou se não poderia tentar chegar em outra alternativa, se outros Conselheiros se pronunciassem, para chegar a um consenso.
98. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO, falou que esta amparada Regimentalmente e vai exercer seu direito de Conselheira.
99. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que o que mais lhe aflige é a questão da falta de tempo, disso demorar mais o que já demorou. Falou que gostaria bastante que o Conselho se unisse para tentar dar andamento.
100. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO, falou que o que lhe aflige é o *modus operandi* de como acontece as coisas na Secretaria, que é uma falta de ética lhe encaminhar um documento apócrifo, que isto não é sério e a mesma pauta sua vida com seriedade.
101. O Conselheiro **RONALD DE ALMEIDA SILVA** falou que há um Sistema de Governo que impede as informações de chegarem ao cidadão. Falou que já completaram 10 anos de Conselho e que 19 de Dezembro de 2015 a Estação Rangedor vai completar 10 anos, e nada foi feito para que o Sítio Rangedor tivesse o seu Plano de Manejo acessado pela população, tivesse as crianças das escolas visitando. Falou que esta se discutindo um problema de semânticas, hierarquias e burocracias, sem nenhuma relação com a realidade do dia a dia, que tem-se um Plano de Recursos Hídricos para ser feito. Falou que não existe um consenso, porque a SEMA, assim como a Procuradoria Geral não respeita a **Lei de Acesso a Informação**, e se tudo tivesse desde o primeiro passo no site da SEMA, todas as tramitações do processo de licitação, respeitando a Lei 12.257, não teria ninguém com suspeição, e no final estaria o contrato, a razão social da empresa contratada, os produtos que seriam entregues o programa, o plano de trabalho, o convenio com o Ministério de Meio Ambiente, a ATA da Licitação, todos os concorrentes que participaram, para que o Conselho e o resto da humanidade que são 7 bilhões de pessoas, pudessem acessar via internet e segundo o Conselheiro, isso que se chama transparência. Falou que se quiser convencer pessoas a participar de Conselhos Estaduais que venham com vontade e prazer, tem que reduzir o número de horas em discussões burocráticas e trabalhar na concretude das coisas que a vida esta pedindo. Falou que esta se discutindo pela quarta vez um Regimento Interno e pela quinta vez escutou que a Procuradoria deu um parecer ilegal, que a Procuradoria é feita por pessoas e que esta errada, que como Conselheiros poderiam fazer uma ação no Ministério Público para acionar a Procuradoria a cumprir a Lei. Falou que se o Fundo Estadual de Recursos Hídricos não funciona é porque há interesse do Governo do Maranhão que não funcione. Propôs que ao invés de breçar as coisas, se faça acelerar para que o Conselho possa fazer *jus* ao seu nome e não ser uma vergonha perante os outros Estados brasileiros.
102. O Conselheiro AGENOR AGUIAR TEIXEIRA JAGUAR falou que concorda com tudo que foi colocado, mas antes de tudo a Reunião foi programada para terminar às 17h e já se tem passado de 17h, então que passe a frente e termine de concretizar a instalação dos outros Grupos de Trabalho.
103. A Conselheira VALERIA GALDINO SILVA E SILVA sugeriu que os membros da CTPLAN participem da Reunião do GTI marcada para deliberação acerca do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

10



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

104. A Conselheira ANA CLEIDE COSTA ANDRADE solicitou toda documentação do processo do GTI, antes da Reunião do GTI.
105. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA comprometem-se de disponibilizar a todos os Conselheiros toda a documentação do processo do GTI, até mesmo da licitação para análise de todos os Conselheiros, e quem faz parte da Câmara Técnica de Planos participem da Reunião do GTI.
106. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO, falou que o formato institucional que foi criado para acompanhar a elaboração do Plano não está claro, que quando fez a proposta da minuta, achou que existia o GTI Legalmente e que ao seu ver vão participar de uma coisa que não existe. Sugeriu que a CTPLAN possa participar da Reunião para pegar informações, e logo em seguida a Câmara Técnica se reúna para dar um parecer ao Conselho do que está acontecendo como qual o formato jurídico e organizacional de acompanhamento ao Plano.
107. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que mantém seu pedido de vistas a todo material do GTI e em consideração aos Conselheiros que se manifestaram, a mesma entende que precisa sim que a Câmara do Plano recém constituída participe da Reunião e que toda a informação da Reunião deve ser encaminhada a CTPLAN e a CTIL, para ambas estudarem o modelo de acompanhamento do Plano. Falou que recebeu um documento em forma de cd a 48h atrás, e o pedido fora feito no dia 05 de Maio, o que demorou 120 dias para ser respondido. Falou que se compromete em disponibilizar o documento que recebeu aos membros da CTPLAN e da CTIL para conhecimento da informação que a mesma já possui e solicitou todas as ATAS das Reuniões do GTI.
108. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA, falou que o encaminhamento é que a CTPLAN participe da próxima reunião do GTI munida de uma documentação que chegue aos Conselheiros antes da data da Reunião para que tenham um tempo hábil para análise e leitura do material.
109. Fora colocado em votação acerca da CTPLAN ir acompanhar a reunião do GTI. Houveram 15 votos a favor.
110. O Sr. JOAO CLIMACO SOARES DE MEDONCA FILHO falou que nos dias 23, 24 e 25 de Setembro vai haver Reunião Extraordinária do CNRH e pediu que fosse modificada a data da Reunião do GTI que seria no dia 24 de Setembro, para se adequar a agenda dos dois compromissos.
111. A Superintendente LAÍS DE MORAES REGO falou que pode encaminhar todas as memórias das reuniões do GTI, e vai viabilizar agenda para reunião do GTI ser 29 ou 30 de Setembro.
112. A Secretaria Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA deu continuidade a Reunião falou que já entrou em comum acordo que a Câmara Técnica vai participar da Reunião do GTI e que vai ser encaminhado pela Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO a documentação que a mesma tem a respeito do assunto, bem como pela Superintendente LAIS DE MORAES REGO que vai encaminhar as ATAS e memória de Reunião e o material que tem disponível acerca do GTI.
113. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que a Câmara Técnica vai participar excepcionalmente.
114. Logo após a Secretaria Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA deu continuidade com a Resolução nº 05 de 07 de Dezembro de 2012 que institui a Câmara Técnica de Integração, Procedimentos, Ações de Outorgas, e Ações Reguladoras do Estado do Maranhão.
115. Para integrar esta Câmara Técnica foram designados, do segmento Poder Público os Conselheiros ERINALDO DAVI SAMPAIO e MARIA DE NAZARETH DOS SANTOS SILVA, do Segmento Usuários as Conselheiras MILENA DA LUZ SILVA MIRANDA e VALERIA GALDINO SILVA E SILVA, do Segmento Sociedade Civil Organizada, WENNDER LOPES DE SOUSA e ALCIONEI



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

CARVALHO DE ALMEIDA. Fora colocado em votação os nomes apresentados. Houve 15 votos a favor.

116. Fora detectado que a CAEMA compôs a Câmara Técnica de Integração, Procedimentos, Ações de Outorgas, e Ações Reguladoras do Estado do Maranhão e a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Maranhão – CTPLAN indicada pelo segmento Poder Público, mas a CAEMA pertence ao segmento Usuários. A Secretária Executiva propôs que a Conselheira MARIA DE NAZARETH DOS SANTOS SILVA converse com os Conselheiros do seu segmento e proponha as alterações. Foi modificado da seguinte forma: Para integrar a Câmara Técnica Integração, Procedimentos, Ações de Outorgas, e Ações Reguladoras do Estado do Maranhão foram designados, do segmento Poder Publico os Conselheiros ERINALDO DAVI SAMPAIO e LANIEL BARROS DE AMORIM, do Segmento Usuários as Conselheiras MILENA DA LUZ SILVA MIRANDA e VALÉRIA GALDINO, do Segmento Sociedade Civil Organizada, WENNDER LOPES DE SOUSA e ALCIONEI CARVALHO DE ALMEIDA. Para integrar a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Maranhão, do Segmento Poder Publico foram designados os Conselheiros WILTON LOPES DE SOUSA e ERINALDO DAVI SAMPAIO, do Segmento dos Usuários os Conselheiros PAULO ROGÉRIO SILVEIRA FERREIRA e MARIA DE NAZARETH DOS SANTOS SILVA e do Segmento Sociedade Civil Organizada, os Conselheiros THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO e ANTONIO SAMUEL CANDEIRAS RIBEIRO MAIA. Sem oposição da Plenária.
117. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO pediu que Secretária Executiva desse o prazo do pedido de vistas ao processo do GTI solicitado pela Conselheira.
118. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA estipulou o prazo do dia 16 ao dia 19 de Setembro, para estar disponível toda a documentação para acesso da Conselheira.
119. O Conselheiro WILTON LOPES DE SOUSA perguntou como sair com uma proposta de encontro da Câmara Técnica de Análise e Parecer das Propostas de Comitês de Bacias Hidrográficas com a Comissão do Comitê do Rio Parnaíba.
120. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou que a Secretaria Executiva vai se movimentar no intuito de ver com a Superintendência de Recursos Hídricos o que esta acontecendo no âmbito da Criação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba, para angariar a documentação ou solicitar a presença de alguém para quando sair a publicação da Resolução com os novos membros da Câmara Técnica de Analise de Comitês de, já estar com o material engatilhado para se reunirem e discutir.
121. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que com relação a CTIL, deve se debruçar com relação ao Regimento e a Minuta que esta na Casa Civil que trata da regularização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e verificar na Resolução nº 06 que trata do Enquadramento do Ribeirão Pedrinhas, que fez varias medidas que devem ser feitas e precisa ser verificado se foi feito e o que daquilo avançou e se foi cumprido todos os pontos que a Resolução determinava, falou que é importante a CTIL se apropriar do assunto da composição da CECA (Câmara Estadual de Compensação Ambiental).
122. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA falou que a instituição que faz parte da CECA coincidentemente fazia parte do CONSEMA e do CONERH, por isso a Conselheira esta achando que o CONERH faz parte da CECA.
123. A Conselheira THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO falou que com relação a Câmara Técnica de Análise dos Comitês, é interessante na documentação que for disponibilizada tenha a Contribuição que o Piauí encaminhou ao Maranhão mostrando a necessidade da formação do Comitê. Falou que o Maranhão participou de 2 ou 3 reuniões. Falou que é importante chamar a CODEVASF para vir ao Plenário e colocar tudo a respeito da mobilização e do processo que esta sendo instaurado a respeito da formação do Comitê do Rio Parnaíba. Falou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO - CONERH

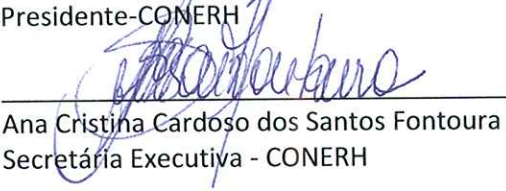
que em questão de Outorga, é importante ter conhecimento das outorgas apresentadas nos últimos 03 anos. Em relação ao Plano é importante se apropriar das informações do momento principal do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

124. O Conselheiro WILTON LOPES DE SOUSA falou que esta sendo iniciado o termo de referência do Plano de Bacia dos Comitês dos Rios Munim e Mearim e já tiveram 04 reuniões.
125. Fora colocado em votação as prioridades de trabalho da CTIL (Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais): Regimento Interno, Minuta a respeito da regulamentação do FERH, o Enquadramento do Ribeirão Pedrinhas que se refere a Resolução nº 06.
126. O Sr. JOÃO CLIMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO sugeriu que como a CTIL já esta instaurada, que a CTAP (Câmara Técnica de Análise de Projetos) seja discutida dentro da CTIL.
127. A Secretária Executiva ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA colocou em votação as prioridades da CTIL: Regimento Interno, Minuta a respeito da regulamentação do FERH (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), o Enquadramento do Ribeirão Pedrinhas que se refere a Resolução nº 06 e a criação da CTAP (Câmara Técnica de Análise de Projetos). Houveram 13 votos a favor.
128. Em seguida a Secretária Executiva deu continuidade com as prioridades da Câmara Técnica de Análise de Comitês de Bacias Resolução nº 02/2012: o resgate de todo o processo implementado da formação do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba; o resgate de todo o processo implementado da formação do Comitê de Bacia do Rio Itapecuru; Acompanhar a criação dos Planos de Bacias dos Rios Munim e Mearim. Fora colocado em votação e houve 12 votos a favor.
129. As prioridades da **Câmara Técnica de Outorgas**: o quadro das ultimas outorgas emitidas pela SEMA nos últimos 03 anos.
130. A Secretária Executiva Ana Cristina, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.
131. Encaminhamentos da presente reunião:
 1. Convidar a PGE (Procuradoria Geral do Estado) para participar da próxima Reunião.
 2. Encaminhar toda documentação do processo de formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.
 3. Encaminhar toda a documentação do Grupo de Trabalho Institucional.
 4. Convidar a **CODEVASF** (Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) para colocar os principais pontos da formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.
 5. Quadro de Outorgas expedidas pela SEMA nos últimos 03 anos.
 6. Encaminhar para publicação as Resoluções aprovadas.

Eu, **Ilana Kelle de Sousa Santos**, estagiária, copieei a presente ata, a qual foi lavrada e assinada pela Secretária Executiva do CONERH **Ana Cristina Fontoura**.

São Luís, 12 de setembro de 2014


Genilde Campagnaro
Presidente-CONERH


Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura
Secretária Executiva - CONERH